

O X Congresso Republicano de 1909 sob o signo da revolução

ALBÉRICO AFONSO*

No dia 22 de Abril de 1909 pelas 13 horas, sob um coro de protestos dos dirigentes republicanos locais, chegam a Setúbal trinta soldados do Regimento de Cavalaria 5 da cidade de Évora.

A vinda daqueles soldados integrava uma estratégia de intimidação dos participantes do X Congresso do Partido Republicano que iria iniciar-se nesse dia.

A cidade contava já com as tropas do seu próprio quartel, quartel do 11, aliás em estado de alerta, pelo que a vinda de mais soldadesca, comandada por um tal alferes Barata, apresentava-se não só como excessiva, mas fundamentalmente como ameaçadora e provocatória.

Setúbal regurgitava de entusiasmo naquela primavera de 1909. Olhava as ruas que vertebravam o seu espaço urbano, constatando o trânsito de caras novas que durante a tarde nelas se passeavam.

Às 19 horas chegará Bernardino Machado acompanhado dos deputados setubalenses Feio Terenas e Estêvão de Vasconcelos. A temperatura ambiente subia. A cidade saía à rua para tudo ver, sendo contudo aconselhada à contenção na manifestação dos seus afectos.

Às 21 horas deste dia, Bernardino Machado procederá à inauguração do novo Centro Republicano na rua das Esteiras. *O Século* referir-se-á a esta inauguração como “Um prólogo do Congresso”, uma primeira página do livro a ser escrito nos dias que se iriam seguir.

A inauguração será presenciada pelos principais vultos republicanos e nela intervirão quer Bernardino Machado quer os deputados eleitos por Setúbal.

A cidade amanheceu fervilhante no dia 23 de Abril. Entre as 9h 30 e as 12 horas chegam à estação do Quebedo comboios especiais. Trazem os congressistas de Lisboa (via Barreiro) que estarão presentes no teatro D. Amélia para a abertura do Congresso.

“Era uma hora e meia da tarde e já o vasto edifício do teatro D. Amélia regurgitava de congressistas. Na sala de espectáculo achavam-se ocupados os camarotes, a plateia e as galerias, formando-se a mesa no palco, tendo à sua direita os membros do Directório e à esquerda os membros da imprensa. Abriu a sessão o Dr. João Azedo, presidente da Comissão Municipal de Setúbal, propondo à Assembleia para presidir aos trabalhos de hoje o Sr. Dr. Estêvão de Vasconcelos, que foi acolhido com uma veemente salva de palmas, sendo escolhidos para secretários os Srs. Drs. José de Abreu e Leão Azedo.”¹

Estava em marcha o X Congresso do Partido Republicano.

* Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, Instituto de História Contemporânea

¹ In *O Século* de 24 de Abril de 1909.

1. O X Congresso do Partido Republicano realiza-se em Setúbal

No IX Congresso Republicano, realizado em Coimbra em 1908, Feio Terenas tinha proposto, tendo sido aprovado sem qualquer oposição, a realização do Congresso de 1909 na cidade de Setúbal.

Que motivos terão levado os congressistas de 1908 a aceitarem a cidade de Setúbal, uma cidade de província situada a 40 longos quilómetros da capital de todos os poderes, para palco do seu mais alto momento da vida partidária?

De facto, a escolha de um local para um encontro desta dimensão não é inocente nem aleatória.

Correspondia à estratégia de afirmação política do PRP que tem na cidade um notável reforço a partir do início do século XX. Setúbal, tal como outros concelhos a sul do Tejo, evidenciava um crescimento natural do PRP. Aqui havia uma forte estrutura organizativa, visível nas comissões paroquiais em todas as freguesias urbanas e rurais e na comissão municipal integrada por figuras relevantes da elite local.

Por outro lado, e esse terá sido certamente um factor decisivo, os resultados eleitorais nas eleições parlamentares de Abril de 1908, tinham outorgado ao PRP, pela primeira vez, 2 deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Setúbal. A eleição de Feio Terenas e Estêvão de Vasconcellos teve um grande impacto nacional, considerando-se que a mesma abria novas perspectivas de crescimento aos republicanos.

A escolha da cidade para “ponto de reunião da grande assembleia política” representa uma “justa homenagem prestada às tradições liberais de Setúbal e dá notável relevo à indiferença que lhe votam os partidos monárquicos, que ela tem servido”².

Apesar de não se terem manifestado quaisquer divergências aquando da escolha de Setúbal para a realização deste encontro partidário, verificamos que dois meses antes do Congresso esta questão vai deixar de ser consensual.



A escolha de Setúbal para a realização do Congresso

² In *Elmano* de 24 de Abril de 1909.

Na verdade, vários jornais republicanos nacionais vão publicitar a necessidade de mudar de local devido a eventuais dificuldades logísticas que existiriam em Setúbal para acolher um tão grande número de delegados³.

Afonso Costa foi quem publicamente mais criticou e lamentou a escolha da cidade. Este dirigente vai utilizar dois tipos de argumentos, um de natureza técnico-logística e outro de natureza política.

Na sua perspectiva, Setúbal era uma cidade que não tinha a centralidade e as infra-estruturas necessárias para acolher o evento. Não teria condições para acomodar em condições de dignidade centenas de delegados republicanos vindos de todo o país.

Contudo, a principal condicionante seria de natureza política.

Afonso Costa, um dos principais defensores da via revolucionária para a conquista do poder político, desejava que esta opção estratégica fosse decidida de forma inequívoca neste Congresso.

Por isso considerava que só as cidades de Lisboa ou do Porto reuniriam as condições de centralidade e de apoio político que permitiriam concretizar uma grande iniciativa partidária. “Se fosse em Lisboa ou no Porto a nossa grande reunião política quase poderia tomar as proporções de uma Assembleia Nacional”⁴.

Afonso Costa receava que a realização do Congresso numa cidade de província pudesse ofuscar a grandiosidade do evento que “deveria ser uma reunião imponente do partido republicano”, uma autêntica “assembleia nacional” que legitimasse perante o “povo republicano” a decisão da preparação da mudança de regime.

A mudança de local para a realização do Congresso, só não se concretizou devido às garantias prestadas pelos dirigentes republicanos locais e pelos deputados setubalenses que tudo fizeram para que Setúbal não fosse preterida nesta escolha.

2. A preparação do X Congresso do Partido Republicano Português

O Partido Republicano tinha preparado o Congresso de Setúbal de 1909 com grande profissionalismo.

Nos meses que antecederam o Congresso tinha sido lançada uma grande ofensiva ideológica e política. Todos os recursos humanos e todas as estruturas partidárias a nível nacional haviam sido de igual modo mobilizadas.

Pretendia-se através de um leque de iniciativas notórias atingir públicos diversificados.

Do ponto de vista ideológico a ofensiva era destinada fundamentalmente às elites do país. Neste âmbito, irão ser promovidos três grandes iniciativas, todas elas realizadas no mês de Abril de 1909, alguns dias antes do Congresso: O Congresso Pedagógico, o Congresso Municipalista e a Conferência das Mulheres Republicanas sobre a lei do divórcio.

³ O problema é levantado nas páginas dos jornais republicanos *O Século*, *A Lucta* e *O Mundo*.

⁴ Entrevista concedida por Afonso Costa ao jornal republicano *O Mundo* de 15 de Abril de 1909.

O Congresso Pedagógico vai reunir-se em Lisboa na Sociedade de Geografia em 13 de Abril, sob o signo da reforma do ensino e do combate ao analfabetismo. Vai contar com a presença de 2500 congressistas, tendo sido apresentadas mais de 50 teses integrando as perspectivas preconizadas pelo republicanismo para operar a grande reforma educativa. Esta iniciativa constituiu uma enorme manifestação de força política e de influência ideológica dos republicanos⁵. Os principais pedagogos da “Educação Nova” estiveram presentes, com destaque para Consiglieri Cardoso, Faria de Vasconcelos, Bento Carqueja e Adolfo Lima.

Por sua vez o Congresso Municipalista, realizado a 16 de Abril, vai constituir igualmente um acontecimento político da maior relevância. Para além dos presidentes de Câmara e vereadores ligados ao Partido Republicano Português, nele intervirão também vários edis em especial do Partido Progressista. Neste encontro, Agostinho Fortes terá um papel de destaque sendo um dos seus principais impulsionadores.

Por fim, como que a finalizar esta tríade de sementeira ideológica, será realizada a 19 de Abril, a Conferência das Mulheres Republicanas sobre a lei do divórcio, onde pontificará a escritora setubalense e presidente da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, Ana de Castro Osório.

Apesar destas iniciativas não terem a chancela directa do PRP, não há dúvida de que a sua concepção, direcção e execução têm a marca do partido e os protagonistas são vultos importantíssimos do republicanismo português. Esta coincidência temporal com o Congresso de Setúbal não é obviamente obra do acaso.

As elites eram, assim, administradas as coordenadas do pensamento republicano a nível pedagógico, a nível autárquico, preparando-se ainda o caminho para uma vasta reforma do código civil que se vislumbra já na questão do divórcio.

Outras iniciativas vão ser dirigidas a outros públicos.

Vários eventos destinados às “massas populares”, com o objectivo de promover a agitação e propaganda terão lugar, com destaque para várias dezenas de comícios, sessões de propaganda nas sedes partidárias, reuniões e sessões nos centros escolares republicanos, conferências, homenagens a personalidades republicanas, actividades directamente dirigidas às mulheres, publicitação na imprensa dos nomes de centenas de adesões ao partido republicano de várias vilas e cidades do país.

Aproveitar-se-á o espaço parlamentar para tentar marcar a agenda política, aí se destacando Afonso Costa e António José de Almeida.

Todas estas iniciativas com dimensão nacional e com grande impacto na opinião pública constituíram uma espécie de “aquecimento” para a meta a atingir – o Congresso de Setúbal.

⁵ Para além da imprensa republicana, toda a imprensa nacional faz amplas referências ao evento durante vários dias destacando as principais teses defendidas pelos republicanos para a área da educação.

3. As tensões dentro do Partido Republicano – a “via ordeira” e a via revolucionária para a conquista do poder

O Congresso de Setúbal de 1909 vai ter a responsabilidade histórica de decidir a via insurreccional para a tomada do poder político. Será neste Congresso que se vai eleger o Directório que ficará responsável pela preparação dos trabalhos conspirativos que deverão levar à tomada do poder político pelo Partido Republicano e pelos seus aliados. Daí a indiscutível importância deste acontecimento que integrará um dos momentos fundadores da acção revolucionária.

A discussão entre a via revolucionária para a conquista do poder político e a via evolucionista, não era nova no partido.

Desde a fundação do Partido Republicano que há uma tensão entre os que defendem a doutrina da evolução pacífica e os que perfilham a via revolucionária. Os que perfilham a via reformista vão ser hegemónicos no movimento republicano até muito tarde.

Esta perspectiva pacifista é expressa tanto na imprensa republicana como em documentos públicos importantes.

A opção pacifista é sublinhada no lançamento dos manifestos dos Centros Republicanos Democráticos de Lisboa e Porto.

Em Junho de 1876, no lançamento público do manifesto do Centro Republicano Democrático de Lisboa, apelar-se-á explicitamente para o “Desenvolvimento gradual e pacífico das ideias democráticas nas instituições do país e, em evolução natural de futuro, o estabelecimento da República em Portugal”.

O manifesto portuense do PRP vai repudiar igualmente a via revolucionária: “Não somos partidários da violência e da revolução: atendemos às relações estabelecidas, e procuramos modificá-las dentro dos limites legais”⁶.

A opção dos dirigentes republicanos pela via pacífica para atingir o poder é não só de natureza doutrinária, como também de natureza ideológica. Estes dirigentes vão ser influenciados pelas propostas dos positivistas.

Nesta perspectiva o papel dos políticos seria o de abrir caminho por meios pacíficos, evitando as rupturas e convulsões revolucionárias.

Este profetismo positivista vai ser um guia para a acção política e intervenção cívicas de toda uma geração de republicanos que acreditava convictamente que o futuro seria inexoravelmente republicano.

Esta marca de água é visível nos textos de Teófilo de Braga, Elias Garcia, Teixeira Bastos, Emídio de Oliveira entre outros.

⁶ Citado por Amadeu Carvalho Homem “A propaganda republicana durante a monarquia constitucional”; in *História de Portugal*, vol IX, *A monarquia Constitucional*, direcção de João Medina, Ediclube, Amadora, s/d.

Os seus textos propagandísticos iluminariam as mentes populares que progressivamente adeririam a estes princípios.

A via eleitoral permitiria conquistar e hegemonizar um parlamento republicano. O resto seria simples...

Até finais da década de 80 o pedagogismo eleitoral faz o seu caminho dentro do Partido Republicano sem grandes contestações.

A emergência de vozes dentro do Partido que começam a contestar as virtualidades da via pacífica para conquistar o poder político está ligada, não só aos modestos resultados eleitorais do partido, bem como à constatação dos múltiplos abusos nos actos eleitorais, praticados por um caciquismo persistente.

O Ultimato inglês e a revolta de 31 de Janeiro vão constituir marcos decisivos que ajudam a impaciência revolucionária a ter cada vez mais audição dentro do partido.

4. Carta ao Congresso de Setúbal, ao reunir-se para eleger o último Directório do Partido Republicano Português

A partir do Ultimato Inglês há uma nova geração dentro do Partido Republicano que defende aberta e aguerridamente a ruptura com a via pacífica para a conquista do poder político. Destacam-se nomes como Afonso Costa, António José de Almeida e João Chagas.

Esta questão começa a ser central no debate político dentro do partido. Era aqui que se separavam as águas.

Continuará, contudo, a existir uma forte oposição à via revolucionária e insurreccional. A maioria dos dirigentes fundadores do Partido Republicano reiteradamente afirmará a sua vinculação à via pacifista e acreditará convictamente na superioridade moral e filosófica da evolução sobre a revolução. A convicção da inevitabilidade histórica do devir republicano imporá a crença nesta solução.

São conhecidas as várias conjuras revolucionárias nos últimos anos da monarquia. Mas mesmo depois do regicídio a opção revolucionária não colherá consensos dentro do Partido Republicano.

Bernardino Machado e José Relvas tentarão, aliás, reiteradamente a acalmação. Em 3 de Maio de 1908 Bernardino Machado em discurso proferido no Centro Republicano de Belém propõe-se cooperar com o governo pondo como condição “a eliminação de todas as leis de excepção” da monarquia. O próprio Afonso Costa, tido como um dos líderes da facção revolucionária, afina pelo mesmo diapasão, exigindo ao novo reinado de D. Manuel que inicie um verdadeiro “período de acalmação” que coloque “as questões do patriotismo acima das do interesse partidário”⁷. Neste discurso proferido no Parlamento irá

⁷ Discurso proferido no Parlamento em 13 de Maio de 1908. Citado por Carlos Ferrão in *Desfazendo Mentiras e Calúnias*, Editorial “O Século”, Lisboa, s/d., p.69.

mesmo mais longe, desejando que se “alcance para o País a situação de calma, de harmonia e de solidariedade em que cada partido procure alargar os seus sufrágios em plena liberdade e com absoluto respeito por todos os demais, reconhecendo e consentindo, sem perturbações, que em cada momento da História se realize o que for verdadeiramente a vontade da maioria da Nação”⁸.

A queda do chamado “governo de acalmação”, em meados de Dezembro de 1908 vai permitir que dentro do partido republicano, e publicamente, se levantem mais vozes a preconizar uma solução revolucionária para a saída da crise.

Os vários dirigentes republicanos da facção “revolucionária” multiplicam-se em declarações em que tentam evidenciar o amadurecimento das condições para a vitória da revolução.

João Chagas é dos que mais exuberantemente defende a necessidade de apressar o fim da monarquia: “Eu não conheço na História de povo algum um estado social mais amadurecido para uma revolução”.

É de facto João Chagas quem melhor exprime publicamente o corte com a via ordeira para a conquista do poder político. Em 12 de Abril de 1909, a poucos dias da realização do Congresso, divulga um documento a que muito expressivamente chama “Carta ao Congresso de Setúbal, ao reunir-se para eleger o último Directório do Partido Republicano Português”. Para que não restem dúvidas sobre o significado do título desta carta, explica: “o Congresso de Setúbal vai escolher os que hão-de compor o último directório do Partido republicano Português. O último sim! O seu mandato dura três anos e a monarquia não dura tanto”⁹.

Este documento é um autêntico apelo à revolução. Vale a pena transcrevê-lo parcialmente para que não restem dúvidas sobre a nitidez da ruptura que aí se propõe.

João Chagas, começa por interrogar-se – “Qual é o mandato do Congresso?” respondendo de imediato: “É o de fazer entrar pela primeira vez na cena política da nação, esta soberania nova – o Povo – o povo que depois de ter sido escarnecido, é odiado, o povo de quem a velha sociedade zombou e a quem hoje persegue, o povo sem papel social até aqui e a quem os seus velhos senhores não reconhecem o direito de o representar, o povo ignorante, o povo miserável, o povo maltrapilho, marcado por todos os estigmas da servidão”¹⁰.

Para este dirigente republicano o mandato do Congresso de Setúbal era imperativo – preparar a revolução. “É mister reconhecer a revolução como necessária e urgente.

⁸ Discurso proferido no Parlamento em 13 de Maio de 1908. Citado por Carlos Ferrão in *Desfazendo Mentiras e Calúnias*, Editorial “O Século”, Lisboa, s/d., p.69.

João Chagas, *Cartas Políticas*, n.º 19 – *Carta ao Congresso de Setúbal ao reunir-se para eleger o último Directório do Partido Republicano Português*, Editor e Proprietário João Chagas – Composto e Impresso na Oficina Bayard, Arco da Bandeira, 108, Lisboa, 1909, pp. 290 e 291.

João Chagas, *Idem*, pp. 290 e 291.

Ela não é necessária aos revolucionários, mas à nação. Não são os revolucionários que têm pressa. É a nação que não pode esperar.

O Congresso de Setúbal acode a esta urgência elegendo um directório que, na presente conjuntura, ficará sendo o depositário das derradeiras esperanças da Democracia e a única garantia que resta ao país de sair sem demasiado abalo da crise em que o lançaram as instituições.

É um mandato imperativo?

Não há dúvida.”

E prossegue no mesmo tom: “O Partido Republicano não é neste momento um partido de governo, mas um partido de revolução.

Partido de revolução, o partido republicano reconhece-a finalmente necessária, sem debate e sem contradição e, ou se lança nela como um só homem e num só arranco, ou condena-se a ser, na sociedade portuguesa, não um elemento de progresso, mas um factor de desordem”¹¹.

À medida que o tempo ia passando, nas fileiras do partido republicano são cada vez menos as vozes que defendam a continuação da via eleitoral para a conquista do poder.

5. A imprensa republicana - Publicitação da oportunidade revolucionária

A imprensa republicana e os principais dirigentes do partido, antes, durante e nos dias após o Congresso de Setúbal, vão fazer passar a mensagem de que as condições objectivas e subjectivas da sociedade portuguesa estariam maduras para apressar o advento da nova era anunciada – a era republicana.

Efectivamente a imprensa republicana destes dias prévios ao Congresso respira ambiência revolucionária, desdobrando-se em artigos, editoriais, análises, contribuindo de forma decisiva para uma acústica que pressiona a eleição de um Directório de ruptura.

O jornal *A Lucta* diagnostica a aproximação do corte revolucionário, referindo a eminência do mesmo que se destinaria a “beneficiar os prejudicados de sempre”; num artigo de 15 de Abril, sugestiva e explicitamente intitulado “A Revolução”¹², deixa transparecer o seu espanto pelo facto de essa mesma revolução ainda não ter ocorrido, no quadro de uma monarquia cujos partidos estariam cada vez mais divididos e a que se juntava o perfil pouco credenciado de um rei jovem e tecnicamente impreparado para a governação.

Chovem presságios sobre o Congresso de Setúbal.

Aí os dirigentes republicanos seriam legitimados e consagrados para a governação “pela maior assembleia partidária que se tem feito até hoje em Portugal”. Ficariam com a responsabilidade de “guiar a grande massa republicana para a vitória final”.

¹¹ João Chagas, *Idem*, pp. 300 e 301.

¹² In *A Lucta* de 15 de Abril de 1909.

Por outro lado para legitimar a via revolucionária, *O Mundo* chega a explicar que o Congresso de Setúbal não foi verdadeiramente um Congresso partidário e que o Partido republicano é mais do que um partido político:

“O Congresso toma, por isso, as funções duma verdadeira assembleia nacional, dum legítimo parlamento. Nele vão sintetizar-se e expandir-se as aspirações de um povo por meio dos seus delegados”¹³.

João Chagas em artigo de 24 de Abril no jornal *Voz Pública* sustenta que o “Estado social tal qual é hoje – é de verdadeira guerra civil”¹⁴. A conclusão óbvia de que o PRP seria o único partido em condições de salvar o país dessa guerra, emerge com agilidade das palavras inflamadas do articulista.

Afonso Costa por sua vez em entrevista ao jornal *O Mundo* refere que a revolução não pode ser “nem anárquica nem destruidora”¹⁵.

Cada vez mais no Congresso Republicano de Setúbal, estava sobretudo em causa a magna questão da eleição de um Directório que tivesse capacidade e legitimidade suficientes para organizar e dirigir a revolução. Esta preocupação aparece manifestada, pela *Voz Pública*, que sublinha, “A próxima eleição do Directório tem de ser feita com todo o cuidado e com máxima consciência”¹⁶.

Afonso Costa assume, na entrevista ao jornal *O Mundo*, que o grande objectivo do Congresso de Setúbal era a preparação da mudança política – “o primeiro e o mais importante é o da concentração e coesão de todas as forças partidárias para a preparação tão próxima quanto possível, e tão reflectida e segura, que não consinta surpresas, do inevitável movimento revolucionário, que há-de criar a República”.

De acordo com a opinião publicada republicana estavam criadas as condições para que a facção revolucionária saísse vencedora no Congresso de Setúbal. A consequência evidente e inexorável seria a revolução.

A imprensa monárquica refere também as pretensões do PRP. *A Nação*, na sua edição de 24 de Abril, dava destaque ao Congresso, acusando os congressistas ali reunidos de sectários e desordeiros:

“Está funcionando em Setúbal um novo congresso do partido republicano, com poderes de eleger o futuro directório daquela facciosa e activa grei política que se julga senhora do país. A liberdade não lhe tolhe a acção e os republicanos trabalham sem descanso, pretendendo a gerência do Estado (...) o Congresso de Setúbal há-de ser falado, demonstrando a desunião e as ambições que vegetam no campo da nossa sectária”¹⁷.

¹³ In *O Mundo* de 24 de Abril de 1909.

¹⁴ In *A Voz Pública*, 20 de Abril de 1909.

¹⁵ In *O Mundo* de 25 de Abril de 1909.

¹⁶ In *A Voz Pública*, de 16 Abril de 1909.

¹⁷ In *A Nação* de 24 de Abril de 1909.

Como se viu depois e se pressentia já, a História não perdoa a cegueira de uma falsa avaliação. O Congresso ultrapassaria as “desuniões” precisamente em nome das ambições da tomada do poder.

6. A questão estatutária – Divergências sobre as vias da conquista do poder político

Contrariamente ao que se poderia pensar o debate ideológico e político no Congresso Republicano de Setúbal é praticamente inexistente.

O debate sobre a opção ou não pela solução revolucionária faz-se **antes** e não durante o Congresso.

Como já vimos, é na imprensa republicana e também nas reuniões de preparação do Congresso que se discute de forma acalorada a via insurreccional para a tomada do poder político.

Os principais problemas discutidos no Congresso de Setúbal vão ser os aspectos de natureza estatutária os quais mascaram, escondem, dissimulam, as divergências ideológicas e as opções táticas e de estratégia política.

A questão fundamental e no fundo a única que urgia resolver, consistia na opção pela via revolucionária por confronto com a eterna via ordeira, defendida pelo anterior Directório.

Deste modo ou se mantinha a direcção do PRP e se continuava a navegar nas águas mansas da via evolucionista ou se cortava de vez com essa visão e se punha no poder um Directório em consonância com o apelo urgente da situação pré-revolucionária que se pressentia já.

No Congresso de 1906 tinha sido aprovada uma lei orgânica que entraria em vigor pela primeira vez no Congresso de Setúbal. Essa disposição impedia a reeleição do Directório do partido por um período superior a três anos.

Não previa, portanto, a possibilidade de os dirigentes puderem estar mais do que três anos à frente da direcção do partido.

O princípio fundamental era o da necessidade de renovar os quadros e o de evitar que os cargos da direcção máxima do partido “tivessem um carácter vitalício”. Era a posição defendida por Afonso Costa e António José de Almeida.

No entanto, este princípio vai ser posto em causa por alguns dirigentes nacionais com destaque para Bernardino Machado e Jacinto Nunes que pretendem a continuação do Directório anterior.

E vai ser em torno desta contenda que à primeira vista parece ser de natureza meramente estatutária mas atrás da qual se encobre verdadeiramente o rumo a tomar, que as diferentes forças congressistas irão traçar armas, confrontar argumentos, medir forças.

Vale a pena analisar o que se tinha dito em 1906 no Congresso do Porto a respeito deste específico ponto 2 do artigo 12 da lei orgânica que estipulava, que “ninguém poderia fazer parte do Directório em dois períodos trienais sucessivos.” A norma contida naquele artigo tinha sido votada em nome do princípio da rotatividade de cargos – a “perpetuidade de funções é um princípio monárquico e não tem princípio democrático. Nas democracias os homens não só se elegem como se renovam”¹⁸.

O Congresso que em 1906 tinha votado esta disposição estatutária, estava ao fazê-lo ciente da necessidade de evitar que os lugares de direcção “viessem a ter o carácter de vitalícios”¹⁹.

A primeira oportunidade de aplicação daquela norma surgia precisamente no Congresso de Setúbal.

Só que a anterior direcção antevê o perigo. Um novo Directório significaria muito mais que uma mudança de pessoas. O que estava em causa era uma mudança de políticas num momento nevrálgico de mudança social e de amadurecimento das condições objectivas e subjectivas da sociedade portuguesa.

Muita coisa tinha ocorrido desde 1906. O regicídio com toda a sua carga de violência objectiva mas sobretudo simbólica, tinha radicalizado a urgência de mudança.

Contudo, os partidários da aplicação da nova norma não falavam assim. Tinham do seu lado o peso da argumentação formal, da legalidade democrática, dos princípios básicos que norteavam os ideais republicanos. Uma norma que para ser revogada “deveria tê-lo sido antes de ter cumprimento”. Se “nas monarquias se podem revogar leis quando apetece aos legisladores nas democracias não pode ser assim”²⁰.

Em registo assertivo Afonso Costa alegará que “o ponto 2 do artigo 12 é uma norma moralizadora votada com entusiasmo pelo partido no Porto que não pode deixar de se respeitar por este Congresso visto que é o primeiro momento em que ela deve ser aplicada.”²¹. E insiste - “Dispensá-la, revogá-la sem que ela tenha sido aplicada é fazer obra que não está habituado o Partido Republicano e que não será certamente o mais próprio para dar força, autoridade e prestígio ao presente Congresso”²².

Do outro lado aperta-se o cerco argumentativo. Jacinto Nunes tinha sido o primeiro a colocar na mesa esta discussão, através da apresentação de uma proposta em que fosse eliminado o ponto, que agora configurava o pomo de discórdia. “Se o Directório não pode ser reeleito também o não podem ser os deputados que têm funções superiores às do Directório”²³.

¹⁸ In *O Mundo* de 23 de Abril de 1909.

¹⁹ In *O Mundo* de 23 de Abril de 1909.

²⁰ In *O Mundo* de 23 de Abril de 1909.

²¹ In *O Mundo* de 25 de Abril de 1909.

²² In *O Mundo* de 25 de Abril de 1909.

²³ In *O Mundo* de 25 de Abril de 1909.

Por sua vez Bernardino Machado considera que o Congresso é soberano nas suas decisões e “tem plena liberdade para ditar a lei. Se é um erro a manutenção do artigo, revogue-se. Como poderemos sustentar e respeitar uma lei que consideramos um erro?”²⁴.

Afirma que aquele artigo envolve uma suspeição para com os membros do Directório, para os eleitores e até para os que são eleitos.

Respondendo aos adeptos da não reeleição do Directório enfatiza que “não pretende exercer a ditadura, como já se disse, nem mesmo a da bondade”²⁵.

Afonso Costa e António José de Almeida elevam o tom da discordância.

Se o Congresso aceitar a reeleição do Directório cessante, eles nele não participarão. Seria a todos os títulos um mandato ilegal e politicamente inaceitável. Auto-excluem-se da direcção do PRP equacionando a possibilidade de abandonar o partido. A temperatura congressista atingia assim as raias do incêndio a que se juntavam as achas do dramatismo que escorria de cada intervenção.

Bernardino Machado volta à carga afirmando “ninguém tem o direito de recusar um cargo” e preconiza a obrigação do serviço militar dentro do partido. Que “Todos sejam obrigados a cumprir o seu dever, quer ocupem os lugares mais elevados, quer ocupem os de menos importância”. Acaba apelando ao Congresso para que “seja inexorável com todos aqueles que forem eleitos. Todos os membros do partido são livres mas dentro do partido são obrigados a respeitar a disciplina”²⁶.

A esta interpelação Afonso Costa responderá “para que fique bem registado, não há circunstância nenhuma que o obrigue a passar sobre os deveres que lhe impõe a sua consciência. Em caso algum, pois, a haver reeleição, aceitaria o mandato de membro do Directório”²⁷.

Ainda em resposta, Bernardino Machado sustenta que “há-de aceitar sempre qualquer lugar para que for eleito”²⁸.

Nesta polémica entre Afonso Costa e Bernardino Machado não se trocam só argumentos de natureza doutrinária. A discussão foi tão forte que José Relvas a descreve da seguinte forma: “E tão violenta foi a situação entre os dois chefes que explodiu em insultos, que reclamariam satisfação pelas armas, se Bernardino não tivesse, como teve receio de conflitos”²⁹.

João Chagas apesar de defender a continuidade de alguns dos membros do Directório anterior vai assumir uma posição intermédia. Manifesta-se, tal como Bernardino Machado a favor do princípio da reeleição por considerar que na conjuntura política em

² In *O Mundo* de 25 de Abril de 1909.

In *O Mundo* de 25 de Abril de 1909.

In *O Mundo* de 25 de Abril de 1909.

In *O Mundo* de 25 de Abril de 1909.

In *O Mundo* de 25 de Abril de 1909.

José Relvas, *Memórias Políticas*, vol. I, Edição Terra Livre, Lisboa, 1977, p.73.

que decorria o congresso, leia-se preparação da revolução, “deveriam encontrar-se à testa do Partido Republicano os seus homens mais representativos”.

Apesar disso, João Chagas sublinha que, a lei orgânica deveria ser respeitada e refere que a única forma de se conseguir manter à frente do partido indivíduos indispensáveis, sem ser necessário revogar o princípio da reeleição, seria a criação de “comissões de acção política” sob a direcção do Directório nas principais cidades do país, posição igualmente defendida por Afonso Costa e António José de Almeida.

No teatro D. Amélia, na Avenida Luísa Todi, não se combatia apenas sob as luzes da ribalta.

Aliás, o combate público levado à cena no palco republicano, encobria uma outra teia que sigilosa e na penumbra se ia tecendo pelos dedos eficientes da Maçonaria e da Carbonária.

De facto estas organizações vão desempenhar também um papel central em diferentes momentos de preparação da conspiração contra a monarquia. Nos anos que antecedem a revolução republicana a Maçonaria sofre um profundo processo de revitalização e assume um cariz cada vez mais republicano radical.

Por sua vez, a crescente influência da Carbonária, dirigida por Luz de Almeida aprofunda a sua influência num quadro de instabilidade social e política. Podemos destacar diferentes momentos em que se vislumbram a interferência ou o aproveitamento político destas organizações. Os incidentes de Junho de 1907 aquando do regresso de João Franco a Lisboa; o movimento revolucionário frustrado de Janeiro de 1908; o Regicídio em Fevereiro de 1908; o atentado contra o sargento Lima em Setúbal em Abril de 1909; as manifestações e tumultos anti-clericais em Agosto de 1909; o atentado falhado contra a Igreja do Corpo Santo em Outubro de 1909; o atentado contra o Bispo de Bragança, em Novembro de 1909; o chamado *Complot* de Carcavelos, em Maio de 1910, são, enfim, alguns dos factos relevantes deste período pré-insurreccional e que tiveram inequivocamente a mão da Maçonaria e da Carbonária.

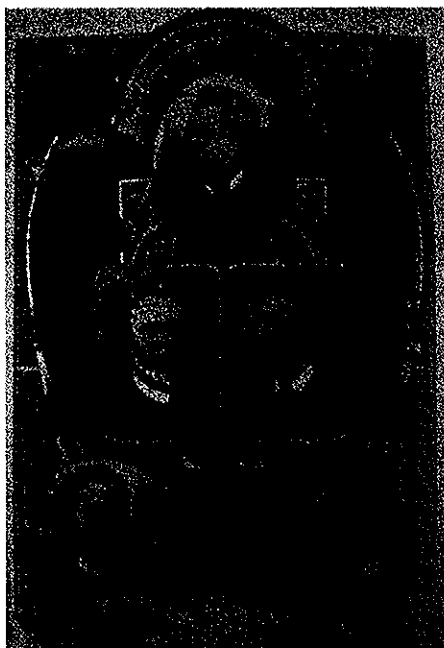
Luz de Almeida António e Maria da Silva vão ser protagonistas velados, que actuam nos bastidores do Congresso, traçando um plano de elaboração de uma lista de confiança formada por figuras “que não opusessem impedimentos à marcha da revolução.”

Sigilosos, ágeis e conhecedores da “matéria-prima” de que tratavam, as listas são construídas com os olhos postos na insurreição.

Os resultados da votação são renhidos: 133 votos contra a reeleição e 131 a favor.

Houve vários congressistas que se abstiveram, sendo que outros se retiraram da sala na altura da votação.

Os dados estavam lançados. A revolução ia chegar.



Os cinco membros do directório revolucionário: Teófilo Braga, Basílio Teles, José Relvas, Eusébio Leão e Cupertino Ribeiro.

7. Os principais temas debatidos no Congresso de Setúbal

Para além da discussão sobre a reeleição do Directório há ainda outros assuntos que vão marcar o Congresso de Setúbal, com especial destaque para os grandes temas da política interna: a defesa nacional; a constituição política da nação; a reforma administrativa; o fomento agrícola; o fomento comercial e industrial, a instrução e educação; a assistência pública, a lei eleitoral, impostos e finanças.

Vão ser ainda objecto de análise outras questões mais específicas, de que são exemplo a segunda época de exames no ensino superior; a abertura de cargos administrativos no Ultramar, a criação de escolas móveis e bibliotecas ambulantes, a liquidação dos adiantamentos do orçamento, assim como a redução do serviço militar para 12 meses, a criação de um projecto para restabelecer os subsídios aos deputados e ainda o direito de aposentação aos empregados administrativos do Instituto Industrial e Comércio de Lisboa.

Em algumas intervenções foi possível perceber uma forte componente anti-clerical que responsabilizava a religião católica pelo atraso científico do país, identificando-a ainda como força de bloqueio ao progresso.

Noutras intervenções, mais políticas, o PRP assume-se como uma espécie de vanguarda iluminada do povo português, reivindicando para si o papel de motor da ciência e do progresso.

Mas há também tomadas de posição em que os dirigentes republicanos cultivam uma mística messiânica e salvífica, assumindo uma forte componente nacionalista, acima das classes sociais.

Afonso Costa, logo no primeira sessão do Congresso dá o tom ao debate ao apelar a que “todos se unam em volta da bandeira da democracia para salvarem a pátria dos perigos que a ameaçam”³⁰.

De imediato é apresentada uma moção por Jaime Sabrosa, que vai no mesmo sentido:

“Considerando que Portugal atravessa um grave período histórico, que só o denodado esforço de todos pode e deve salvar. Considerando que na hora actual além de pôr em perigo a integridade da Pátria, a nossa nacionalidade atravessa um perigo de profundo esfacelamento social, político e económico. Considerando que os mais vitais interesses se encontram postergados e que o povo português ansiando pela paz representativa do progresso e da sua vitalidade caminha para ela através de todos os perigos e de todos os sacrifícios. O Congresso Republicano, reunido em Setúbal, ao iniciar os seus trabalhos, apela para a consciência cívica dos membros da grande família portuguesa, para que num unânime movimento de salvação da pátria se unam e confraternizem em volta da bandeira e das aspirações democráticas, únicas que no momento actual podem salvar a nacionalidade portuguesa”³¹.

Por fim o escrutínio da intervenção parlamentar vai ser também objecto de análise dos congressistas, como estava aliás estatuído nos regulamentos.

Os deputados vão fazer um relato exaustivo da sua participação no parlamento. Cada deputado vai descrever o conteúdo das suas intervenções.

8. Os principais protagonistas do Congresso de Setúbal

Não existe qualquer lista oficial conhecida, com a indicação de todos os participantes no Congresso do Partido Republicano. A maior parte da imprensa indica que terão estado no Teatro D. Amélia 400 delegados.

O jornal republicano *Voz Pública* refere 500 participantes. O que é certo, é que a presença de congressistas variou ao longo dos três dias do Congresso. Houve votações em que participam um número bastante inferior aos anunciados 400 delegados, nomeadamente na votação relativa à eleição do novo Directório, já aqui comentada. Nesta votação houve 264 votos expressos. Há contudo referências a um número significativo de abstenções e também ao abandono de delegados que terão saído da sala na hora da votação.

A lei orgânica do partido estabelecia que tinham direito a participar no Congresso, os delegados eleitos por sufrágio directo; os presidentes das comissões municipais e distritais; um representante de cada associação, centro ou escola democrática; os vereadores ou ex-vereadores republicanos; um membro de cada junta de paróquia republicana; os

³ In *O Século* de 24 de Abril de 1909.

In *O Século* de 24 de Abril de 1909.

deputados e ex-deputados; os candidatos definitivamente propostos; 2 representantes de cada jornal republicano diário e um por cada dos outros; e finalmente o Directório e antigos membros do Directório.

Como facilmente se constata, na sua maioria, os delegados ao Congresso pertencem às estruturas de direcção política nacional, regional e local, sendo vereadores, deputados, elementos da imprensa republicana, existindo também grande quantidade de delegados por inerência em detrimento dos eleitos.

Os principais protagonistas do Congresso de Setúbal vão ser Afonso Costa e António José de Almeida. Serão eles que proferirão as mais importantes intervenções, que abordarão as áreas politicamente mais significativas, que apresentarão diferentes moções e que, no fundo, irão definir as linhas estratégicas que o Partido Republicano irá seguir. Afonso Costa pedirá a palavra 18 vezes e António José de Almeida 19.

Não houve praticamente qualquer assunto ou qualquer tema relevante em que não se tivessem ouvido as vozes de um ou de outro. Em praticamente todos os temas importantes a última palavra cabia-lhes a eles.

Para além de Afonso Costa e António José de Almeida há outros congressistas que, não tendo a omnipresença destes dois dirigentes, acabam por marcar as intervenções deste Congresso. Desde logo Jacinto Nunes e Bernardino Machado por serem os que mais se opuseram à via revolucionária decidida no Congresso.

João Chagas, por ter sido um dos que publicamente mais defendeu a ideia de que o Congresso de Setúbal seria o último a realizar-se sob a governação monárquica, vai ter também um papel de destaque.

José Relvas, apesar de não ter feito intervenções dignas de destaque no Congresso, vai ser um dos dirigentes mais consensuais entre os seus pares, tendo sido o elemento que mais votos recebeu na eleição para o Directório revolucionário.

Os dirigentes republicanos de Setúbal que mais se destacaram no Congresso foram Estêvão de Vasconcellos e Eusébio Leão.

Estêvão de Vasconcellos foi presidente da 1.ª sessão do Congresso, deputado pelo círculo de Setúbal. Foi bastante votado para o Directório mas não consegue ser eleito.

Por sua vez Eusébio Leão vai ser um dos membros eleitos para este específico Directório.

8.1. Uma mulher num Congresso de homens

Quem passasse pelo Congresso, ainda que estivesse longe da realidade portuguesa da primeira década do século XX, facilmente intuiria que a mudança estava a passar por ali. Uma mulher discursava, de facto e de direito, no grande território masculino que ocupava o teatro setubalense.

Estamos obviamente a referir-nos a Ana de Castro Osório, fundadora da recém criada Liga republicana das Mulheres Portuguesas.

A sua intervenção é não só de apoio incondicional ao novo regime que se perfilava urgente, mas é também uma intervenção específica que ousa tocar no que sempre tinha sido intocável – a situação da mulher portuguesa.

A oradora iniciará o seu discurso perguntando – “o que pretende o feminismo?”

Continuará depois profética, assertiva, numa jura de amor ardente à República:

“Que os republicanos portugueses saberão, no governo, cumprir o rasgado programa liberal afirmado na oposição, não o duvidamos! Eis o motivo por que, desassombradamente, fazemos a propaganda da República, afirmando que ela será no nosso país libertadora de todos os escravizados: ninguém como a mulher o é mais nas nossas leis como nos nossos costumes bárbaros. Aceitem, pois, os protestos da nossa solidariedade. – Saúde e República”³².

Uma mulher a pontificar no Congresso, proferindo sílaba por sílaba a palavra feminismo. Quanto mais não fosse, só por isso, o X Congresso, ficaria para a História.



Ana de Castro Osório fundadora da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.

³² In *O Século* de 26 de Abril de 1909.

Em Síntese

O Congresso Republicano de Setúbal constituiu um dos momentos fundadores da estratégia política da revolução de 1910.

A escolha desta cidade não vai ser nem aleatória nem neutral.

Desde os finais do Séc. XIX que Setúbal se perfila como um território grato ao partido Republicano.

Este vai aumentando a sua influência na cidade, influência visível quer na imprensa, quer na militância de figuras locais, que emprestam o seu nome à causa republicana.

Nomes como Joaquim Brandão, Estevão de Vasconcelos, Paula Borba, ou Arronches Junqueiro ainda hoje habitam as ruas da cidade, numa toponímia de apreço àquelas personalidades.

A pouco e pouco os ideais republicanos vão tomar conta da paisagem política da cidade, em que pontificava também a causa anarquista e libertária, filha do surto de desenvolvimento da indústria conserveira.

Este congresso, o X congresso, vai ter a singular responsabilidade histórica de decidir a via insurreccional para a implantação da República em Portugal.

Já há muito que a República espera impaciente a sua hora.

O ultimato inglês, tido por humilhante e vexatório, e a revolta de 31 de Janeiro, tinham integrado momentos de especial desafecto em relação à monarquia, contribuindo para um irreversível amadurecimento das condições objectivas e subjectivas que preparariam o sucesso de um novo regime, que deveria colocar definitivamente à margem da História, a Monarquia.

Entre a via revolucionária e a via pacífica, segundo a qual a monarquia cairia inevitavelmente de podre, abrem-se clareiras de discussão, que denotam a falta de consenso existente no partido republicano relativamente às estratégias de tomada do poder.

Os últimos anos da monarquia vão ser anos de conjuras várias e de conjunturas propícias ao desenvolvimento das teses revolucionárias. A prová-lo está o regicídio.

Mesmo assim, o Directório que está no leme do congresso é uma direcção não afectada a soluções radicais.

Bernardino Machado e José Relvas não são os intérpretes deste fragor de rebeldia insubmissa.

Os tempos de preparação do congresso vão ser tempos de discussão sobre a inevitabilidade histórica da revolução.

Assim o provam as teses apresentadas, assim o prova a imprensa atulhada de artigos em que se pressentem impaciências, se escrevem apelos, se multiplicam propostas de tomada do poder, num frenesim subversivo e insurreccional que o congresso irá acolher e valorizar.

É nesta discussão prévia que reside o fundamental da decisão tomada, isto é, o congresso não decidirá preto no branco a tomada do poder através de uma revolução, mas ao decidir-se pela mudança da direcção do partido, apagando aqueles que pretendem eternizar a decisão de pôr um irreversível ponto final ao regime monárquico, decidia-se de uma vez por todas pela via revolucionária.

Deste modo a discussão centrar-se-á na possibilidade ou impossibilidade estatutária de reeleição da anterior direcção. Não se trata de uma questão formal ou bizantina, mas verdadeiramente substantiva relativamente ao que se queria alcançar.

De facto, o que a discussão estatutária escondia era a outra verdadeira discussão.

Não se pense que o congresso assistiu de forma pacífica à passagem de testemunho de um directório reformista para um directório de insurreição. O que estava em jogo era demasiado forte para se compadecer com meias tintas, ou fleumáticas posições. De ambos os lados a combustão retórica atinge as raias do motim. Ganhará, como se sabe, a decisão de entregar o partido republicano à responsabilidade de um novo directório – o directório da intransigência.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, João, *Cartas Políticas, n.º 19 – Carta ao Congresso de Setúbal ao reunir-se para eleger o último Directório do Partido Republicano Português*, Editor e Proprietário João Chagas – Composto e Impresso na Oficina Bayard, Arco da Bandeira, 108, Lisboa, 1909.

FERRÃO, Carlos, *Desfazendo Mentiras e calúnias*, Editorial “O Século”, Lisboa, s/d.

HOMEM, Amadeu Carvalho “A propaganda republicana durante a monarquia constitucional”, in *História de Portugal, vol IX, A monarquia Constitucional*, direcção de João Medina, Ediclube, Amadora, s/d.

RELVAS, José, *Memórias Políticas, vol. I*, Edição Terra Livre, Lisboa, 1977.